

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2018**

DATA, HORA E LOCAL: 02 de abril de 2018, às 14:00 horas, na sede social da Companhia situada na Avenida Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 14º andar, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

PUBLICAÇÕES: (i) Edital de Convocação da presente Assembleia publicado nos dias 01, 02 e 03 de março de 2018 no jornal Valor Econômico, páginas B9, B5 e B5, respectivamente, e nos dias 01, 02 e 03 de março de 2018 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 76, 03 e 39, respectivamente; e (ii) Demonstrações Financeiras publicadas no dia 01 de março de 2018 no jornal Valor Econômico, páginas C7 a C10, e no dia 01 de março 2018 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 04 a 14. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pelas Instruções CVM 480/2009 e 481/2009.

PRESENCAS: Presentes acionistas da Companhia representando aproximadamente 84,27% do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes também membros da administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como representantes da KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia.

MESA: Presidente: Randal Luiz Zanetti; Secretário: André Chidichimo de França.

ORDEM DO DIA: (i) em Assembleia Geral Ordinária: (1) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (2) deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo a proposta de orçamento de capital e distribuição de dividendos; (3) fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração para o próximo mandato e eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (4) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia; (5) deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2018 e a consequente eleição e reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a

fixação de sua remuneração; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária: (1) deliberação sobre a proposta de alteração do Estatuto Social para, entre outros, (1.a) adaptar sua redação aos termos do novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos termos do Ofício 618/2017- DRE da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), (1.b) ajustar as competências do Conselho de Administração da Companhia, (1.c) instituir o Comitê de Auditoria estatutário (1.d) redefinir a forma de distribuição do lucro do exercício, com a criação de novas reservas estatutárias e o esclarecimento sobre distribuição de dividendos intercalares de forma definitiva por deliberação do Conselho de Administração; e (2) deliberação sobre a proposta de consolidação do estatuto social da Companhia.

ESCLARECIMENTO: A Companhia esclarece que, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, adotou o sistema de votação a distância, disponibilizando aos seus acionistas o boletim de voto a distância, nos prazos e forma estabelecidos na aludida regulamentação.

DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Em Assembleia Geral Ordinária:

1) Foram examinadas, discutidas e aprovadas, pela maioria de votos dos presentes, tendo sido computados 96,136% de votos a favor, representados por 424.771.338 ações e 0,080% de votos contrários, representados por 352.388 ações, e registradas 5,36% de abstenções de voto de acionistas, representadas por 24.096.994 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017;

2) Foi aprovada, por unanimidade de votos dos presentes, representados por 443.303.169 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, a proposta da Diretoria constante das demonstrações financeiras da Companhia e de documento divulgado pela Companhia em atendimento à Instrução CVM 481/2009, de destinação do lucro líquido da Companhia verificado no exercício de 2017, após as deduções legais para Provisão de Imposto de Renda e Contribuições Sociais, correspondente ao montante de R\$ 502.918.725,67 (quinhentos e dois milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos), da seguinte forma:

(a) R\$ 23.877.349,70 (vinte e três milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta centavos) para constituição da reserva legal;

(b) ratificação dos lucros distribuídos durante o exercício de 2017, conforme abaixo:

(b.1) os pagamentos de Juros Sobre o Capital Próprio no valor bruto de R\$ 47.646.640,29 (quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e nove centavos) e no valor líquido de R\$ 40.499.644,25 (quarenta milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), conforme declarados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 15 de março de 2017 (R\$ 12.664.358,28 bruto, equivalente a R\$ 10.764.704,54 líquido), em 19 de junho de 2017 (R\$ 11.362.654,20 bruto, equivalente a R\$ 9.658.256,07 líquido), em 18 de setembro de 2017 (R\$ 11.675.465,52 bruto, equivalente a R\$ 9.924.145,69 líquido) e em 11 de dezembro de 2017 (R\$ 11.944.162,29 bruto, equivalente a R\$ 10.152.537,95 líquido);

(b.2) os pagamentos de Dividendos Intercalares, no montante total de R\$ 196.050.896,69 (cento e noventa e seis milhões, cinquenta mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme declarados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 26 de abril de 2017 (R\$ 42.507.082,10), 26 de julho de 2017 (R\$ 100.000.000,00) e 25 de outubro de 2017 (R\$ 53.543.814,59);

(b.3) os valores acima distribuídos foram imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, quando aplicável, aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2017, conforme Artigo 9º, Parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/95, Deliberação CVM 683/2012, e Artigo 29, Parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia;

(c) R\$ 2.970.147,05 (dois milhões, novecentos e setenta mil, cento e quarenta e sete reais e cinco centavos) para distribuição aos acionistas, de forma a atingir o percentual obrigatório de 50% previsto no Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, que ocorrerá em 04 de maio de 2018; e

(d) com base no orçamento de capital para o exercício de 2018, o qual é aprovado por unanimidade de votos dos presentes, representados por 443.303.169 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, a retenção de R\$232.373.691,94 (duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e setenta e três mil, seiscentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos).

3) Foi aprovada, por maioria de votos dos presentes, tendo sido computados 99,999772% de votos a favor, representados por 443.302.145 ações e 0,0002280% de votos contrários, representados por 1.024 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, a composição do Conselho de Administração por 9 (nove) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes para o próximo mandato. Ato contínuo, foram eleitos por maioria de votos dos presentes, e sem ressalvas, tendo sido computados 91,995% de votos a favor, representados por 413.263.067 ações e 0,28759% de votos contrários, representados por 1.291.897 ações, e registradas 7,71694% de abstenções de voto de acionistas, representadas por 34.665.766 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019: **Titulares:** **(a) Randal Luiz Zanetti**, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.172.443-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 038.890.188-82, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Alphaville, nº 779, 18º andar, Alphaville, CEP 06473-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, como Presidente do Conselho de Administração; **(b) Manoel Antônio Peres**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade nº 8.014.301.397 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 033.833.888-83, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20261-901, como Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(c) Ivan Luiz Gontijo Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade OAB/RJ nº 44.902, inscrito no CPF/MF sob nº 770.025.397-87, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Itapagipe, nº 255, 8º andar, Bloco A, Frente, , na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(d) Samuel Monteiro dos Santos Junior**, brasileiro, casado, advogado, contador e administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.700.826 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Itapagipe, nº 255, 8º andar, Bloco A, Frente,, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(e) Eduardo de Toledo**, brasileiro, casado, engenheiro de produção e economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.358.259 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 103.264.958-51, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3.600, 4º andar, Itaim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração; **(f) César Suaki dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.060.752

SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 076.350.928-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Diogo Jacome, nº. 554, apto 212, Vila Nova Conceição, , na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração; **(g) Murilo César Lemos dos Santos Passos**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 762.280 IPF/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 269.050.007-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, , nº 1.355, 10º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração; **(h) Gerald Dinu Reiss**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.175.254 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 232.318.908-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Viradouro, nº 63, 13º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração; e **(i) José Afonso Alves Castanheira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.094.977 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 175.020.127-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Viradouro, nº 63, 13º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração. **Suplentes:** **(a) Vinicius Marinho da Cruz**, brasileiro, casado, formado em comunicação social, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.942.449-1, inscrito no CPF/MF sob nº 074.063.487-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Alphaville, nº 779, parte, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, como membro suplente do Conselho de Administração; **(b) Márcio Serôa de Araújo Coriolano**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.686.957 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 330.216.357-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Bloco A, 7º andar, Frente, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **(c) Marco Antonio Messere Gonçalves**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.426.758/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 721.646.117-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Alphaville, nº 779, 18º andar, Alphaville, CEP 06473-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, como membro suplente do Conselho de Administração; **(d) Flávio Bitter**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 10.591.790-0 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 044.453.707-46, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20261-901, como membro suplente do Conselho de Administração; **(e) David Casimiro Moreira**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.015.865 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 108.312.588-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Marechal Bittencourt, nº 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro

independente suplente do Conselho de Administração; e **(f) Jorge Kalache Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.197.470 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 178.165.217-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Barão de Jaguaripe, nº 232, apto401, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro independente suplente do Conselho de Administração. Os conselheiros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membros do Conselho de Administração da Companhia; (b) tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. O Srs. Eduardo de Toledo, César Suaki dos Santos, Murilo César Lemos dos Santos Passos, Gerald Dinu Reiss, José Afonso Alves Castanheira (membros efetivos), David Casimiro Moreira e Jorge Kalache Filho (membros suplentes) são Conselheiros Independentes conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, estando devidamente atendido o percentual mínimo exigido em referido Regulamento;

4) Foram examinadas, discutidas e aprovadas, pela maioria de votos dos presentes, tendo sido computados 98,36% de votos a favor, representados por 441.843.109 ações, e registradas 1,6414% de abstenções de voto de acionistas, representadas por 7.377.621 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia de até R\$ 21.700.000,00 (vinte e um milhões e setecentos mil reais). Fica esclarecido que são considerados neste montante os valores relacionados ao plano de opção de compra de ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2007, e alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2015, conforme a proposta da Administração, a qual foi divulgada pela Companhia em atendimento à Instrução CVM 481/2009;

5) Por solicitação da unanimidade de votos dos presentes, representados por 443.303.169 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, foi mantida a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018. Ato contínuo, foram eleitos, **(x)** por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 428.010.491 ações e registradas 3,4611% de abstenções de voto de acionistas, representadas por 15.292.678 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, os seguintes membros: **Titulares: (a) Ivan Maluf Junior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula da Identidade RG nº 8.832.350 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 022.154.758-46, residente e domiciliado na Rua Andrade Fernandes, nº 157, apto. 61, CEP 05449-050, na cidade de São Paulo,

Estado de São Paulo; e **(b) Vanderlei Dominguez da Rosa**, brasileiro, contador, portador da Cédula da Identidade RG nº 3026420368 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 422.881.180-91, residente e domiciliado na Av. Bento Gonçalves, nº 1.403, sala 1011, CEP 90650-002, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Suplentes: (a) Eduardo da Gama Godoy**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 1016599811 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 395.416.650-04, residente e domiciliado na Rua Congo, nº 63, CEP 91380-070, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; e **(b) Paulo Roberto Franceschi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 669.976 – PR, inscrito no CPF/MF sob nº 171.891.289-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, nº 630, cj. 1305, CEP 80010-010, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **(y)** pelo voto em separado do acionista DB Brown Prestação de Serviço Ltda., representado por 10 ações, que apresentou fundamentação baseada em Decisão do Colegiado da CVM de 06/05/2008 (Processo RJ 2007/11086), com registro de abstenção dos demais acionistas minoritários presentes à assembleia: **Titular: (c) Diego de Moraes Moreno**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula da Identidade RG nº 43.951.196-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 295.858.588-35, residente e domiciliado na Rua Sales Jr., nº 171, apto 151, Alto da Lapa, CEP 05083-070, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Suplente: (c) Tales de Moraes Moreno**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob nº 305.634 e portador da Cédula da Identidade RG nº 32.953.242-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 330.435.378-07, residente e domiciliado na Rua Paulo Franco, nº 48, 11º andar, CEP 05305-030, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os membros do Conselho Fiscal, tanto os titulares como os suplentes, tomarão posse em 30 (trinta) dias a contar desta data, após a assinatura do Termo de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 162 da Lei das S.A. para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos do Artigo 162, Parágrafo 3º da Lei das S.A., foi aprovada pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 443.149.669 ações e registradas 0,0347% de abstenções de voto de acionistas representadas por 153.500 ações, conforme orientações de voto recebidas pela Companhia e arquivadas na sede social, a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:

1) Foi aprovada, por maioria de votos dos presentes, tendo sido computados 99,95% de votos a favor, representados por 437.669.538 ações e 0,05% de votos contrários, representados por 208.500 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, a proposta de alteração do Estatuto Social para, entre outros: (1.a) adaptar sua redação aos termos do novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos termos do Ofício 618/2017- DRE da B3, (1.b) ajustar as competências do Conselho de Administração da Companhia, (1.c) instituir o Comitê de Auditoria estatutário (1.d) redefinir a forma de distribuição do lucro do exercício, com a criação de novas reservas estatutárias e o esclarecimento sobre distribuição de dividendos intercalares de forma definitiva por deliberação do Conselho de Administração, de modo que o Estatuto Social da Companhia passe a vigorar nos termos do Anexo I à presente ata;

2) Foi aprovada, por unanimidade de votos dos presentes, representados por 437.878.038 ações, conforme orientações de voto e boletins de voto à distância recebidos pela Companhia e arquivadas na sede social, a proposta de consolidação do estatuto social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada. Mesa: Randal Luiz Zanetti – Presidente; André Chidichimo de França – Secretário. Acionistas: ABERDEEN GLOBAL BRAZIL EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL EMERGING MARKETS SMALLER COMPANIES FUND; ABERDEEN GLOBAL LATIN AMERICAN EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL WORLD SMALLER COMPANIES FUND; ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND; ABERDEEN LATIN AMERICAN INCOME FUND LLC; ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL-CAP L-S EQUITY FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS RESTRICTED EQUITY COMMON TRUST (US); CAPITAL INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND; COLUMBIA ACORN EMERGING MARKETS FUND; COLUMBIA ACORN INTERNATIONAL; COMGEST GROWTH PLC; COMMINGLED PENSION TRUST FUND (GLOBAL EMERGING MARKETS DISCOVERY) OF JPMORGAN CHASE BANK N.A.; CONSTRUCTION & BUILDING UNIONS SUPERANNUATION FUND; CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, (A PORTFOLIO OF CORONATION UNIVERSAL FUND); CORONATION GLOBAL OPPORTUNITIES FUND; DRIEHAUS EMERGING MKTS E F(A S F H; EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC; EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ESSOR ASIE OPPORTUNITES; ESSOR EMERGENT; FIDELITY INVESTMENT FUNDS - FIDELITY INDEX EMERGING MARKETS FUND; FORSTA AP-FONDEN; GENESIS EMERGING MARKETS FUND

LIMITED; JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; JP MORGAN CHASE RETIREMENT PLAN; JPMORGAN FUNDS (IRELAND) ICAV; MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED DEFENSIVE FUND; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED FUND; NATIONAL GRID UK PENSION SCHEME TRUSTEE LIMITED; NUSHARES ESG EM MKTS EQ ETF – ISE; OFI GLOBAL: EMERGING MARKETS INNOVATORS FUND, L.P.; OPPENHEIMER EMERGING MARKETS INNOVATORS FUND; OPPENHEIMERFUNDS ICAV/O E M I U F; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN; STICHTING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN; T. ROWE PRICE GLOBAL ALLOCATION FUND, INC.; T. ROWE PRICE INTERNATIONAL SMALL-CAP EQUITY TRUST; T. ROWE PRICE INTERNATIONAL DISCOVERY FUND; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045833; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045849; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045794; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045795; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045796; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS; VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST; NBIMC LOW VOLATILITY EMERGING MARKETS EQUITY FUND; BLACKWELL PARTNERS, LLC; MOMENTUM INVESTMENT FUNDS SICAV-SIF; MOMENTUM INVESTMENT FUNDS SICAV-SIF; WANGER INTERNATIONAL; (p.p. Cesar Ximenes); DB Brown Prestações de Serviços Ltda. (p. Tales de Moraes Moreno); CARLOS ROGOGINSKY JUNIOR; JOSE MARIA BENOZATTI; JOSE ROBERTO BORGES PACHECO; LUIS ANDRE CAPINTERO BLANCO; RANDAL LUIZ ZANETTI; ROSE GABAY; Bradesco Saúde S.A. (p.p. Melissa Panariello); [Votos proferidos por boletim de voto à distância]: 1832 GLOBAL VALUE STRATEGY, ABERDEEN INSTITUTIONAL COMMINGLED FUNDS LLC, ABERDEEN INTER SM COMP FD A S OF AB INST COMM FUNDS LLC, ABERDEEN INTERNATIONAL SMALL CAP FUND, ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ACADIAN EMERGING MARKETS EQUI, ACADIAN EMERGING MARKETS ALPHA PLUS FUND TRUST, ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND LLC, ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC, ACADIAN EMERGING MARKETSMANAGED VOLATILITY E F L, ADVANCED SERIES TRUST AST GOLDMAN SACHS MULTI ASSET PORTFO, ADVANCED SERIES TRUST AST PARAMETRIC EME PORTFOLIO, ADVANCED

SERIES TRUST AST PRUDENTIAL GROWTH ALLOCATION POR, ADVANCED SERIES TRUST AST T. ROWE PRICE DIVERSIFIED R G P, ADVANCED SERIES TRUST AST T. ROWE PRICE GROWTH OPP. PORTF., ADVISER MANAGED TRUST TACTICAL OFFENSIVE EQUITY FUND, ADVISORS INNER CIRCLE FUND ACADIAN E.M.PORTF, ALASKA PERMANENT FUND, ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST A I ALL C P S, AMERGEN CLINTON NUCLEAR POWER PLANT NONQUALIFIED FUND, AMERICAN FUNDS DEVELOPING WORLD GROWTH AND INCOME FUND, AMG TRILOGY EMERGING MARKETS EQUITY FUND, ANALYTIC ALL COUNTRY WORLD LOW VOLATILITY EQUITY FUND LP, AQUILA EMERGING MARKETS FUND, AUSTRALIA P.SUPERANNUATION SCHEME, BANCHORY LIMITED, BBH BURGUNDY EMERGING MARKETS MASTER FUND LP, BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST, BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH), BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MA, BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS, BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST, BLACKROCK MSCI EMERGING MARKETS DIVERSIFIED MULTI FACTOR FUN, BMO UCITS ETF ICAV, BNY MELLON TR & DEP (UK) LIM AS T OF IS EM MK EQ I FD (UK), BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MA, BURGUNDY FUNDS DST EMERGING MARKETS PORTFOLIO, CADENCE GLOBAL EQUITY FUND L.P., CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QU, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CASEY FAMILY PROGRAM, CENTRAL STATES SOUTHEAST SOUTHWEST A PE FD, CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, CHEVRON MASTER PENSION TRUST, CHEVRON UK PENSION PLAN, CHURCH OF ENGLAND INVESTMENT FUND FOR PENSIONS, CITI RETIREMENT SAVINGS PLAN, CITITRUST LIMITED AS TRUSTEE OF BLACKROCK PREMIER FUNDS – BL, CITY OF FRESNO RETIREMENT SYST, CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FU, COLORADO P E RET ASSOCIATION, COMMONWEALTH BANK GROUP SUPER, COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION, CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND, CORNERSTONE ADVISORS GLOBAL PUBLIC EQUITY FUND, CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS FLEXIBLE ZAR FUND, DESJARDINS EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - CONTROLLED VOLATIL, DEUTSCHE X TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF, DEUTSCHE X-TRACKERS FTSE EMERGING COMPREHENSIVE FACTOR ETF, DIVERSIFIED MARKETS 2010 POOLED FUND TRUST, DOW RETIREMENT GROUP TRUST, DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS DREYFUS STRATEGIC BETA E M E F, DRIEHAUS EMERGING MARKETS GROWTH FUND, DUPONT AND RELATED COMPANIES DEFINED CONTRIBUTION PLAN MASTE, DYNAMIC GLOBAL BALANCED FUND, DYNAMIC GLOBAL EQUITY FUND, DYNAMIC GLOBAL VALUE FUND, EAM EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND LP, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTM, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTM, EATON VANCE INT IR F PLC EATON V INT IR PAR EM MKT FUND, EATON VANCE MANAGEMENT, EATON VANCE TR CO CO TR FD PA STR EM MKTS EQ COM TR FD, EMERGING MARKETS EQUITY ESG SCREENED FUND B, EMERGING MARKETS EQUITY FUND S OF M P F WORLD FUNDS LLC, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND, EMERGING MARKETS EX CONTROVERSIAL WEAPONS EQUITY INDEX FD B, EMERGING MARKETS

INDEX NON LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQ EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, EPOCH GLOBAL EQUITY FUND, EUROPEAN CENTRAL BANK EVTC CIT FOF EBP EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, EXELON GENERATION COMP LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II STRATEGIC A E M FUND FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST FIDELITY SAI EMERGING M I FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST FIDELITY SERIES G EX US I FD, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINA, FIREMENS A A BEN FD OF CHICAGO, FLORIDA RET SYSTEM TRUST FUND, FLORIDA STATE BOARD OF ADMINISTRATION, FORD MOTOR COMPANY DEFINED BENEFIT, FRANKLIN LIBERTYQT EMERGING MARKETS INDEX ETF, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN TEMPLETON ETF T FRANKLIN LIBERTYQ EMERGING M ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST FRANKLIN LIBERTYQ GLOBAL E ETF, FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, GENESIS EMERGING MARKETS BUSINESS TRUST, GENESIS EMERGING MARKETS LTD P, GLOBAL EMERGING MARKETS DISCOVERY - CANADA FUND, GMAM GROUP PENSION TRUST II, GMAM INVESTMENT FUNDS TRUST, GMI INVESTMENT TRUST, GOLDMAN S S INVESTMENT TRUST CAYMAN ISLANDS M A E V FUND, GOLDMAN SACHS ETF TRUST GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E M C (R) EQ PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS PROFIT SHARING MASTER TRUST, GOLDMAN SACHS TRUST II GOLDMAN SACHS MULTI MANAGER G E FUND, GOVERNMENT EMPL SUPER BOARD, GOVERNMENT INSTITUTIONS PENSION FUND, GREATBANC COLLECTIVE INVESTMENT TRUST IV, GUIDEMARK EMERGING MARKETS FUND, GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, HOSKING GLOBAL FUND PLC, HOSKING PARTNERS COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, HOSKING PARTNERS EQUITY FUND LLC, HOSKING PARTNERS GLOBAL EQUITY TRUST, HOSTPLUS POOLED SUPERANNUATION TRUST, IBM 401 K PLUS PLAN, IBM DIVERSIFIED GLOBAL EQUITY, IN BK FOR REC AND DEV AS TR FT ST RET PLAN AND TR RSBP AN TR, IN BK FOR REC AND DEV AS TR FT ST RET PLAN AND TR RSBP AN TR, INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESTERINGSFORENINGEN NYKREDIT INVEST ENGROS GLOBAL DIVERS, INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST, IRISH LIFE ASSURANCE PLC, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES EDGE MSCI MULTIFACTOR EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EDGE MSCI MULTIFACTOR GLOBAL ETF, ISHARES III PUBLIC LIMITED COM, ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF, ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF USD (ACC), ISHARES MSCI BRIC ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES V PUBLIC LIMITED COMPANY, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK LTD. RE CMA EM HIGH DIV EQ M F, JNL OPPENHEIMER EMERGING MARKETS INNOVATOR FUND, JOHN HANCOCK EMERGING MARKETS EQUITY FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II

INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT, JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND, JOHN, HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST, K INVESTMENTS SH LIMITED, KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO GLOBAL EQUITIES I, KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III, LACM EMERGING MARKETS FUND L.P, LACM EMII L.P., LATTICE GLOBAL SMALL CAP STRATEGY ETF, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD EQUITY FACTORS INDEX, LEGAL & GENERAL GLOBAL HEALTH & PHARMACEUTICALS INDEX TRUST, LEGAL & GENERAL ICAV, LEGAL & GENERAL ICAV, LEGAL & GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE (PENSI, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, LEGAL GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LOS ANGELES CAPITAL GLOBAL FUNDS PLC, MANAGED PENSION FUND LIMITED, MANULIFE ASSET MANAGEMENT EMERGING MARKETS EQUITY POOLED F, MANULIFE ASSET MANAGEMENT UCITS SERIES ICAV, MARKET VECTORS BRAZIL SMALL CAP ETF, MERCER QIF FUND PLC, MM SELECT EQUITY ASSET FUND, MOTLEY FOOL EPIC VOYAGE FUND, MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND O, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST; NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SE, NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST, NEUBERGER BERMAN INVESTMENT FUNDS PLC, NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, NN L, NORGES BANK, NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I ACWI E U F L, NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD INDEX (ACWI) DIV, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND LEND, NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PL, NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND, NTGI - QUANTITATIVE MANAGEMENT COL, NTGI QM COMMON DAC WORLD EX US INVESTABLE MIF LENDING, NTGI QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EIF LENDING, NTGI QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F NON L, NTGI-QM COMMON DAILY ALL COUNTRY W, NUVEST REAL RETURN MASTER FUND, NUVEST REAL RETURN MASTER FUND, OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND, OLD WESTBURY STRATEGIC OPPORTUNITIES FUND, OMERS ADMINISTRATION CORPORATION, OPPENHEIMER EMERGING MARKETS REVENUE ETF, OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND, OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, OYSTER CREEK NUCLEAR GENERATING STATION QUALIFIED FUND, PANAGORA DIVERSIFIED RISK MULTI ASSET FUND LTD., PANAGORA RISK PARITY MULTI ASSET MASTER FUND, LTD, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TAX MANAGED EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TMEHC FUND, LP, PENSION DANMARK PENSIONS FORSIKRINGS AKTIESELSKAB G A VII, PEOPLE S BANK OF CHINA, PGIM FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, POWERSHARES PUREBETA FTSE EMERGING MARKETS PORTFOLIO, PRUDENTIAL INVESTMENT PORTFOLIOS 2 - PRUDENTIAL QMA EMERGING, PRUDENTIAL RETIREMENT INSURANCE A, PRUDENTIAL TRUST COMPANY, PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO, PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD, PYRAMIS

EMERGING MARKETS EQUITY SMALL CAP COMMINGLED POOL, RAILWAYS PENS TR COMP LIMITED, RETAIL EMPLOYEES S PTY. LIMITED, ROCKWELL COLLINS MASTER TRUST, ROYCE GLOBAL VALUE TRUST INC., ROYCE INTERNATIONAL PREMIER FUND, SANFORD C.BERNSTEIN FUND INC., SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY, SCOTIA GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, SCOTIA GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, SCOTIA GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, SCOTIA INTERNATIONAL VALUE FUND, SCOTIA INTERNATIONAL VALUE FUND, SCOTIA INTERNATIONAL VALUE FUND, SCRI ROBECO CUSTOMIZED QUANT EMERGING MARKETS FONDS, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERG, SPDR MSCI ACWI EX US ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF, SSGA MSCI ACWI EX USA INDEX NON LENDING DAILY TRUST, SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON LENDING QP COMMON TRUST FUND, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, ST LT DEP SCOTTISH WIDOWS TRKS LAT AMR FUN, ST STR EMER MKTS MANAGED VOLATILITY NON LENDING QIB C TR FD, ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD, STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN, STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION, STATE OF WISCONSIN INVT. BOARD MASTER TRUST, STATE STREET ALL-WORLD TOTAL MARKET CORE FACTORS N, STATE STREET BANK AND TRUST COMPAN, STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV S S G E M I E FUND, STATE STREET GLOBAL EQUITY EX US INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC, STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU, STICHTING F C MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE, STICHTING PENSIOENFONDS ING (PFI), STICHTING PGGM DEPOSITARY, STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS, SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, SYMMETRY EAFE EQUITY FUND, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OKLAHOMA, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OKLAHOMA, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES CALIFORNIA, THE BUNTING EMERGING EQUITY TE LIMITED LIABILITY COMPANY, THE BUNTING FAMILY EMERGING EQUITY LIMITED LIABILITY COMPANY; THE CALIFORNIA ENDOWMENT, THE GENERAL MOTORS CANADIAN HOURLY RATE EMPLOYEES PENSION PL, THE GENESIS EMERG.MARKETS INVEST. CO SICAV, THE GENESIS GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS, THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D P OF BRUNEI DARUSSALAM, THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA, THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE, THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAG.BOARD, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE SEAFARER OVERSEAS GROWTH INCOME FUND, THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND AP7 EQUITY FUND, THE ST T RETIR SYSTEM OF OHIO, THE TEXAS EDUCATION AGENCY, THE TIFF KEYSTONE FUND L.P., THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND, TIFF MULTI ASSET FUND, TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT, TRILOGY INVESTMENT FUNDS PLC, TRUST CUSTODY SERVICES BANK LTD. RE EMERGING E P M F, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS T, UNITED TECHNOLOGIES

CORP. MASTER RET. TRUST, UNIV OF PITTSBURGH MEDICAL CENTER SYSTEM UNIVERSITY OF WISCONSIN FOUNDATION, UPMC HEALTH SYSTEM BASIC RETIREMENT PLAN, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANG FTSE ALL WORLD EX US INDEX FD A S OF V INTER E I FDS, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, VANGUARD TOTAL WSI FD A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS, VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I, VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 1, VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 2, VICTORIAN SUPERANNUATION FUND, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO, VOYA INVESTMENT MANAGEMENT CO. LLC, WASHINGTON STATE INV BOARD, WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR, WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO, WHEELS COMMON INVESTMENT FUND, WILSHIRE MUTUAL FUNDS INC. WILSHIRE INTERNATIONAL EQUITY, WISDOMTREE EMERG MKTS QUALITY DIV GROWTH FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX STATE OWNED ENTERPRISES FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND, WISDOMTREE GLOBAL EX U.S. QUALITY DIVIDEND GROWTH FUND, WM POOL EQUITIES TRUST NO. 72, WSIB INVESTMENTS PUBLIC EQUITIES POOLED FUND TRUST, WYOMING RETIREMENT SYSTEM, THE, CALIF STATE TEACHERS RETIREMEN, 1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND, UPS GROUP TRUST, TIAA CREF FUNDS TIAA CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F, STATE STREET C S IR LTD ON B O R INV IR LIMITED, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, X-TRACKERS MSCI BRAZIL HEDGED EQUITY ETF.

Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.

Barueri, 02 de abril de 2018.

Mesa:

Randal Luiz Zanetti
Presidente

André Chidichimo de França
Secretário

Anexo I
à Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Odontoprev S.A.
realizada em 02 de abril de 2018

ESTATUTO SOCIAL DA ODONTOPREV S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - ODONTOPREV S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 14º Pavimento, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, CEP: 06460-040, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, e nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

Artigo 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 6º - O capital social da Companhia é de R\$ 506.557.472,70 (quinhentos e seis milhões,

quinientos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 531.294.792 (quinhetas e trinta e uma milhões, duzentas e noventa e quatro mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia emitir Partes Beneficiárias.

Parágrafo 3º - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, junto a instituição financeira autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação de acordo com os procedimentos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei 6.404/76.

Artigo 8º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita

mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76 ou deste Estatuto.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto.

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- V. reformar o Estatuto Social;
- VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VII. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

VIII. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

IX. autorizar os administradores a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

X. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

XI. deliberar sobre o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I Disposições Gerais

Artigo 12 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores, quando da investidura em seus cargos, deverão prestar as declarações exigidas pela regulamentação pertinente expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 13 - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre

os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual de administradores, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 14 - Observada convocação regular na forma deste Estatuto, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Subseção II

Conselho de Administração

Artigo 15 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 08 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Na Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração, os acionistas deverão definir qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o respectivo mandato.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve também atender aos requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para o exercício de suas funções.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 7º - Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 8º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, se não tiver sido solicitado o processo de voto múltiplo na forma da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral deverá votar através de chapas, previamente apresentadas por escrito à Companhia até 5 (cinco) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de 1 (uma) chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas. A mesa não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da Lei nº 6.404/76 e deste Estatuto.

Parágrafo 9º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número de membros previsto no caput deste Artigo 15.

Parágrafo 10 - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

Parágrafo 11 - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 12 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sendo que em caso de empate em deliberação do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:

- I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- II. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- III. eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- IV. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;
- V. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;
- VI. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VII. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- VIII. escolher e destituir os auditores independentes e o executivo responsável pela auditoria interna, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa e a auditoria interna reportar-se-ão ao Conselho de Administração;
- IX. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- X. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- XI. aprovar os orçamentos anuais, a política comercial e o planejamento estratégico da Companhia e suas respectivas alterações;
- XII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da

Assembleia Geral;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVI. outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;

XVII. deliberar sobre a emissão (a) de debêntures conversíveis ou não em ações ordinárias da Companhia, sendo que, no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto, e (b) de commercial papers;

XVIII. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros;

XIX. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo cujo valor individual ou considerado em relação a uma série de bens ou direitos relacionados entre si num determinado período de 12 (doze) meses seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

XX. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia;

XXI. aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

XXII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto da Companhia e dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado;

XXIII. definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos do Artigo 32 deste Estatuto;

XXIV. aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e

XXV. deliberar sobre a participação da Companhia em novos negócios, incluindo a aquisição de participação em qualquer sociedade, consórcio ou empreendimento, inclusive constituição de subsidiária.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Subseção III Da Diretoria

Artigo 19 - A Diretoria será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Clínico-Operacional, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de Diretores Corporativos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto

para o desempenho de suas funções, incluindo os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que 1 (um) outro Diretor.

Parágrafo 6º - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Artigo 20 - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- III. submeter ao Conselho de Administração orçamento anual; e
- IV. apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-

financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- II. superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- III. propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25 deste Estatuto;
- V. coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- VI. anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- VII. administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 22 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
- II. administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- III. dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/ tributária; e
- IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o

previsto no artigo 25.

Artigo 23 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 24 - Compete ao Diretor Clínico-Operacional, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. Dirigir todos os aspectos relacionados com a rede credenciada da Companhia, assim como a operação de clínicas próprias;
- II. Administrar o relacionamento com as entidades de classe profissionais e entidades de ensino e pesquisa;
- III. Gerenciar os programas de pesquisa e educação continuada em que a Companhia participa, bem como as políticas de promoção de saúde;
- IV. Garantir a adequação do atendimento odontológico da Companhia a todas as normas legais vigentes;
- V. Coordenar e integrar o Comitê de Remuneração de Rede Credenciada;
- VI. Assinar os contratos de credenciamento em conjunto com outro Diretor ou procurador;
- VII. Dirigir as atividades do Departamento Clínico da Companhia, visando o controle de qualidade clínica de atenção à saúde dos associados;
- VIII. Administrar o segmento assistencial de reembolsos a associados usuários de profissionais não pertencentes à rede credenciada;
- IX. Propor políticas e protocolos clínicos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; e
- X. Verificar e propor todos os pagamentos à Rede Credenciada bem como os reembolsos a associados.

Parágrafo Único - A competência dos demais Diretores Corporativos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:

- I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia;
- II. Levar ao conhecimento da Diretoria qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia;
- III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente;
- IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor ou procurador; e
- V. Auxiliar os demais Diretores no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos.

Artigo 25 - A Companhia será representada da seguinte forma:

- (a) por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente;
- (b) por quaisquer 2 (dois) Diretores, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;
- (c) pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; e
- (d) por 1 (um) ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do Parágrafo Único.

Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois Diretores, em conjunto. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas na Lei nº 6.404/76 será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

SEÇÃO IV DO COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 27 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1º - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput.

Parágrafo 2º - Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76 e devem, preferencialmente, ter conhecimentos de contabilidade, auditoria e gestão financeira.

Parágrafo 3º - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- I. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como monitorar a gestão de riscos da Companhia;

- IV. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- VI. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração dos fluxos de caixa; e
- V. demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto e a Lei nº 6.404/76;

(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, limitado a 40% (quarenta por cento) do capital social, para a formação da "Reserva Estatutária de Capital Regulatório", que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório relacionado à margem de solvência, à qual a Companhia está sujeita;

(d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, limitado a 40% (quarenta por cento) do capital social da Companhia, para a formação da "Reserva de Investimentos e Expansão" que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais; e

(e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da Lei nº 6.404/76.

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços trimestrais e/ou semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço trimestral, semestral ou em períodos menores; e (b) declarar dividendos intermediários a débito

da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO ACIONÁRIA

Artigo 30 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 31 - A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Único - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública das ações da Companhia, respeitados os termos e condições do Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 32 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 32 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável

da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo. O Acionista Adquirente deverá realizar a referida OPA ou solicitar o registro da referida OPA, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32; e (v) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido e do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de Ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 6º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo 7º - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 8º - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo 9º - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionista controlador, devendo o

laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo 10 - Para fins deste Artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

“Grupo de Acionistas” significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Artigo 33 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 34 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela própria Companhia, observada, neste

último caso, a regulamentação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 35 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76 observadas as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Novo Mercado.

CAPÍTULO VI DA ARBITRAGEM

Artigo 36 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária referida no Artigo 36 acima.

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 37 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das

reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 39 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 40 - O disposto no Artigo 32 deste Estatuto não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2006, bem como às suas respectivas controladas e coligadas, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.

Artigo 41 - Os termos definidos neste Estatuto que não tiverem seu significado expressamente definido neste documento ou na Lei nº 6.404/76 terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.
